

## APRESENTAÇÃO

Águeda Aparecida da Cruz Borges  
Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, MT, Brasil

*Nossa luta hoje não é mais com borduna, é com caneta e papel  
(Creuza Prumkwylj Krabô)*

Este texto não começa aqui, ele é uma continuidade do acordo/compromisso histórico com os povos originários desde que me livrei da ignorância em relação a eles. Assim, para apresentar o material que compõe a Revista *Fragmentum* de Nº 58, tomarei a liberdade de, primeiro, pontuar alguns aspectos sobre a história do seu processo de construção que, de certo modo, pelo caráter de especialidade que a constitui, abre-se a possibilidade de provocar um certo tremor nas bases do rigor acadêmico que sustenta a qualificação das revistas, depois reflito um pouco sobre a escrita e, por fim, apresento os textos aos leitores.

Esta revista não contém artigos científicos de 15 a 20 páginas, formatados nas Normas da ABNT, com referências de autores consagrados, estrangeiros, exceto dois deles, resultados de pesquisas em programas acadêmicos. A maioria dos textos, que nela se inscrevem, são as próprias referências, eles contam histórias de vida, de fazeres, de saberes, de lutas, de políticas, de linguagens, e por que não de ciências? Se tomo numa orientação discursiva, no modo como a concebo, com base em Orlandi (2011, p.12), como “uma práxis teórica não servil”, é possível desestabilizar a relação sobredeterminada pela colonização. A autora escreve:

Descolonizar a vida intelectual não é a minha preocupação menor. Porque temos a colonização em nossa história, não é pequeno o risco, quando olho à minha volta, dos que estabelecem com o que vem de fora de uma relação de adulação intelectual e de submissão, próprias à ideologia do colonizador. (ORLANDI, 2011, p.13).

Vejam os que nos escreve Letícia Krahô<sup>1</sup>, uma dentre poucas indígenas que estão no Ensino Superior, quando ingressou na Universidade: “Entrei fui sentar no canto, pois não sabia como reagir, fiquei lá quando o professor chegou foi logo conversando com a gente e eu ali ainda apreensiva, quando ele começou falar dos grandes teóricos Ingleses, Franceses eu não estava entendendo nada, pois tudo que ele fala eu não tinha conhecimento algum, tudo era novidade para minha mente”.

Xakriabá (2018)<sup>2</sup>, diz que o mais importante não é ela ser a primeira do seu povo a ser mestre numa Universidade, com as suas palavras:

[...] um dos nossos desafios é sem ética ser perder a étnica, pois aqui tem um apagamento, um desbotamento de identidade, mas é também uma ferramenta importante de luta que nós precisamos dominar e reapropriar do conhecimento acadêmico e trazer para dentro da academia a produção do conhecimento indígena que não é menor, esse é mais um dos desafios. Sabe e fala-se do genocídio, etnocídio indígena, mas na universidade sofremos muito de epistemicídio, pois a produção do conhecimento em território indígena não tem validade.

Nessa perspectiva, retomo a narrativa histórica dessa edição da *Fragmentum*. No dia 12 de dezembro de 2019, fiz parte da Comissão Avaliadora do Exame de Qualificação de Tese, de uma orientanda da professora Amanda Scherer, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, também, uma das revisoras de linguagem desta Revista. Na ocasião, a professora Amanda me levou para conhecer o Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da UFSM em Silveira Martins, parte do prédio de uma construção datada de 1908, com arquitetura de estilo neoclássico, rica em detalhes e com a fachada perfeitamente intacta, passava por restaurações, mas o trabalho já estava em funcionamento.

Dada a minha relação com povos indígenas, atentei-me ao rico material de arquivo doado pelo filho de Neusa Carson, especialmente algumas cartilhas em língua Macuxi e cheguei, no meu modo de fazer construções mentais muito rápidas, a projetar uma vida em Silveira Martins, com o propósito de explorar aquele material... Bom, quem sabe?

Esses primeiros parágrafos servem para situar as condições de produção em que recebi o Convite para organizar esta edição da Revista *Fragmentum*. Num raio de segundos eu disse: - aceito! E, no momento seguinte, já visualizava os

<sup>1</sup>A citação está no texto que ela escreveu para esta Revista.

<sup>2</sup>Célia Xakriabá defende produção acadêmica indígena, In: <https://www.youtube.com/watch?v=gdlEP0v0CW8>. Acesso em julho de 2021.

textos de mulheres indígenas que dariam corpo à Revista. Confesso que, naquele contexto imediato, eu pensei que seria fácil, já que tenho muitas amizades com mulheres de várias etnias e, também, com pessoas que trabalham com povos indígenas, em aldeias, em Universidades ou em outras instituições e poderia buscar colaboração.

Antes de solicitar a colaboração das amigas para acessar os textos, pensei em convidar uma parceira indígena, com o propósito de partilhar comigo a organização da Revista, então entrei em contato com a *Naine Terena*, a qual atua na **Oráculo comunicação, educação e cultura** com pesquisas, é docente nas áreas de Comunicação Social e Educação indígena, realiza projetos e pesquisas na área de audiovisual e artes, povos indígenas e mídia, educação, rádio, vídeo, teatro, materiais didáticos e economia criativa e, por isso mesmo, só depois de algum tempo, aceitou o Convite.

Eu já havia iniciado uma interlocução com mulheres/amigas que têm uma história-vivência com povos indígenas, no intuito de elas medirem a coleta dos materiais, considerando que o acesso aos recursos para a inclusão dos textos, diretamente, na plataforma da *Fragmentum* seria difícil para muitas das mulheres. Contudo, o desejo era de a Revista ceder mais um espaço de visibilidade à escrita dessas mulheres, ou seja, o propósito era reunir, como já dito, não apenas textos acadêmicos, até porque, o acesso à Universidade pelas mulheres indígenas é recente e são poucas as que alcançaram esse lugar, à custa de muito enfrentamento, ou seja, além de textos acadêmicos receberíamos relatos de experiências, histórias, memoriais, autobiografias, fotos, pinturas e outros.

As mulheres indígenas são lideranças fundamentais na luta dos povos originários pelo reconhecimento étnico, pela terra, pela identidade. Como nós mulheres ocidentais, elas se dividem entre muitos afazeres e responsabilidades, além de enfrentar a violência de gênero que irrompe sempre que levantam sua voz e, geralmente, são ignoradas por mulheres ocidentais, mais um motivo que justifica a especialidade desse número da *Fragmentum*.

A memória discursiva possui um laço estreito com a subjetivação e, de certa forma, contribui para explicar o porquê do desejo de reunir escritos dessas mulheres e, de certa maneira, desenhar em letras sentimentos que me constituem na relação com elas. Seria um jeito de imprimir um gesto de afeto, de agradecimento e de homenagem que significam a inscrição de muitas delas em mim, assim, este é, também um texto sobre mim e, por isso, embora eu busque alguns autores para contribuir nas reflexões e tenha uma parceira, a *Naine Terena*, que assina comigo a organização da Revista, escrevo em primeira pessoa.

Valho-me da liberdade de tipos e gêneros textuais permitida pela escrita

e do conhecimento produzido, em especial, por pesquisadores da Análise de Discurso de linhagem francesa ampliada no Brasil, para a minha compreensão do acontecimento dessa Revista. Por assim ser, digo que este é um ‘entretexo’, pois carrega uma narrativa histórica, costurada por reflexões teóricas, que imprimem sentidos dos materiais recebidos.

Este ‘entretexo’ é inspirado na posição confortável de quem pratica uma teoria como a Análise de Discurso, que trabalha no entremeio, o que implica, segundo Orlandi (1996, p. 23) “uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente”.

O pressuposto teórico referido me leva a reafirmar que a história, discursivamente, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos. Cada texto que essa Revista comporta reformula na história o conhecimento de povos originários, pelas lentes de mulheres fortes e sábias.

Os textos não são artigos científicos conformados em um padrão acadêmico ocidental, não são carregados de citações, porque materializam saberes produzidos no cotidiano vida e, mesmo algumas que estão na Universidade, optaram por escrever sobre si, sobre as relações que se estabelecem no entremeio entre etnias, entre aldeia e cidade, por isso mesmo, exigem leitores atentos.

Lembro Pêcheux (1999) quando diz que a linguagem não é transparente e o discurso é tomado na opacidade, num lugar particular em que a relação da materialidade com a exterioridade explicita os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação e estabelece como central a relação do simbólico com o político.

Os sentidos não estão na superficialidade material, não estão na evidência. O modo como mulheres indígenas, no silenciamento de suas línguas, se apoderam da língua do Outro é o objeto em que o ponto das amarras entre línguas faladas, escritas, desenhadas e os seus efeitos no processo de subjetivação me impulsionam na escrita deste texto de apresentação.

A condição de mulher indígena que usa a escrita como instrumento de luta em favor dos direitos de seu povo, coloca mulheres como as autoras desta Revista, dentre tantas, em posição de singularidade no contexto da escrita brasileira. Elas são exemplares, de mulheres indígenas que vêm se ocupando daquilo que estou nomeando **escrita indígena**.

Sabemos que muitos povos indígenas, a exemplo os Xavantes com quem trabalhei na minha pesquisa de doutorado, foram catequizados pelos Salesianos.

Albuquerque (2007) escreve que nos internatos salesianos, crianças e jovens que não entendessem o Português chegavam a ficar meses sem ter com quem conversar, e outras que tentavam falar com parentes em suas próprias línguas eram castigadas e humilhadas carregando uma tabuleta no peito com os dizeres: “Eu não sei Português”, e que só se livravam desse castigo se “entregassem” outro colega que cometesse a mesma “falta”. Tratava-se de uma prática de língua que fazia calar uma subjetividade funcionando a política da interdição do dizer. Proibiam-se certas palavras para proibir certos sentidos.

Busco, novamente, Orlandi, e me detenho em três aspectos sobre o silêncio no discurso: O silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar (ORLANDI, 2007, p. 24); a política do silêncio, que se divide em silêncio constitutivo e silêncio local; e por último, silêncio e resistência, em que se analisa o(s) mecanismo(s) usado(s) por vozes sociais reprimidas por uma ideologia dominante, que buscam significar em silêncio. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29). É assim que identifico a retórica de algumas dessas mulheres, que foram obrigadas a silenciar a língua própria.

À revelia do silenciamento de suas línguas e diante da emergência de vozes, nas condições de produção vigentes, que desestabilizem as narrativas historicamente construídas sobre os povos indígenas, elas se posicionam politicamente nos seus textos, no seu grafismo, nas suas imagens, nos seus saberes, numa tomada de posição em que dão corpo à voz feminina, se dispersando em múltiplas vozes de mulheres indígenas, que têm em comum uma história de violência, deslocamentos, imposições silenciamentos, mas, no entanto, constroem uma história de afirmação subjetiva e de luta pela manutenção de seus costumes e ancestralidade.

Em uma perspectiva discursiva, segundo Orlandi (2001, p.204) “a escrita é uma forma de relação social”, sendo a letra o traço da entrada do sujeito no simbólico. “Traço que marca o sujeito enquanto sujeito, em sua possibilidade de autoria, frente à escrita” (ORLANDI, 2001, p. 204). Ainda, conforme Orlandi (2002, p. 233), “a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito”.

Então, é pelo processo da escrita que, aqui, essas mulheres se subjetivam, ocupando a posição-sujeito autoras, numa escrita própria constitutiva de suas

identidades, através da memória e das relações de identificação com a escrita alfabética, num constante movimento entre a singularidade e a alteridade, entre serem indígenas e ocidentais.

Toda escrita, toda tomada de palavra é um gesto de interpretação e a leitura também é uma tomada de palavra do leitor frente aquilo que ele se propõe a ler. Esta reflexão, embora não aprofundada, converge para o fato de que os povos indígenas não são de uma tradição alfabética, no entanto não são ágrafos, por isso mesmo os materiais que dão corpo a esta Revista, exigem uma leitura apurada.

A existência dos grafismos, nas sociedades, permite questionar ou, ao menos, relativizar sua definição corrente como 'sociedades ágrafas' (...) A arte gráfica, enquanto sistema de comunicação visual, afeta, portanto, o exercício da memória social (...) ao se produzir como exercício de repetição de motivos e estilos que definem cada cultura em especial, e como campo fértil de expressão da criatividade individual, da incorporação de temas, motivos, técnicas, significados e dimensões que, ao mesmo tempo, refletem o momento histórico vivenciado com os desafios e acomodações que exige, a percepção individual do processo e a base cultural, a tradição compartilhada, a partir da qual o artista constitui sua visão e seu modo de expressão e se mostra como representante de seu grupo e de seu povo (VIDAL E SILVA, *apud* VIDAL, 1992, p. 293).

Refletamos se a escrita alfabética materializa o nosso mundo, há que se perscrutar a história dos sentidos da escrita para cada povo. A escuta, em largo sentido, é o melhor percurso. O que os rituais consubstancializam? A questão que me coloco como leitora é: como alcançar a robustez da memória discursiva e profundidade histórica dos sentidos nas manifestações impressas em cada texto, em cada grafismo, em cada rosto estampado nas fotografias. A escrita funciona, portanto, como espaço de articulação entre língua, história, sujeito e, assim sendo, o que percebo é que, embora os textos estejam em escrita alfabética, eles materializam uma diferença.

Retomando a reflexão de Orlandi sobre a escrita: é preciso pensar a escrita em relação ao real da história e à historicidade do sujeito (e do sentido). Se, no primeiro caso, consideramos a relação da escrita com a Instituição no confronto do simbólico com o político, no segundo, é a relação do homem (eu digo delas) com o simbólico que se apresenta, pondo em jogo a constituição do sujeito em sua relação com a ideologia. (ORLANDI, 2002, p. 235).

Então, a escrita não pode ser separada nem da história nem do sujeito, uma vez que é na escrita que se materializam os fios da história, os quais determinam os modos de individualização (subjetivação) do sujeito. E esse espaço de

subjetivação é tenso, contraditório, atravessado pela alteridade. Orlandi (2006, p. 24) escreve que "A inscrição do sujeito na letra é um gesto simbólico-histórico que lhe dá unidade, corpo, no corpo social". Em outras palavras, o sujeito se singulariza no gesto da escrita.

As escritoras desta Revista não estão na língua própria porque essa foi apagada em condições perversas na história, mas aprendem/escrevem/registram na língua do Outro, e tomam posição de se dizerem, de se manterem indígenas e alcançarem a autoria.

Eu diria que estes sentidos tomam também o modo delas se relacionarem com a língua interdita historicamente, já que a língua válida é a língua "civilizada" oficializada, para se assegurarem num espaço que não é o delas, não é o da sua cultura e se sentirem seguras, se sentirem pertencentes e cidadãs no espaço/cultura alheios.

No encontro com a diferença, nos estudos e trabalhos com povos indígenas, penso cultura como um processo poroso que impossibilita generalizações que naturalizam o conceito. Na cultura, por exemplo, se prendem as relações identitárias, pensemos: dentre as mulheres que nos enviaram os textos, há algumas que estão na Universidade, são estudantes de mestrado, doutorado, professoras, mas não deixaram de ser indígenas. Como vimos, se os modos de ser indígenas são descritos com tamanha densidade, é porque eles constituem significados para elas.

Venho refletindo, apoiada em autoras como Leandro-Ferreira (2011, p. 56) que a noção de cultura sempre esteve presente na Análise de Discurso, mas como uma *presença ausência* que vem ganhando, cada vez mais, destaque nos trabalhos nessa área no Brasil. A cultura, assim, para a autora, seria essencial na produção de subjetividades, já que o sujeito, a partir de uma posição-sujeito, numa dada formação discursiva, e de um lugar social, inserido em uma formação cultural, produziria sentidos. Haveria, dessa forma, um ritual de assujeitamento da cultura que, sendo sem falhas, "deixaria brechas por onde emergiriam com força as singularidades." (LEANDRO-FERREIRA, 2011, p. 314).

Pois então, por mais que eu insistisse através de vários canais, os textos não chegavam, fui ficando angustiada, travei...e pelo jogo de imaginário, comecei a desacreditar de mim e, até a duvidar do significado das minhas relações, foi quando chegou o primeiro texto mediado pela querida Eunice de Paula (a Nice), que me enviou um MEMORIAL da *Makato Tapirapé*, o resumo do Memorial lhe abstrairia os sentidos da autoria.

Passados alguns dias, tive a felicidade de receber, resultado do contato da amiga *Elizete Beatriz Azambuja* com o povo Karajá, desta vez o texto intitulado:

MULHERES INDÍGENAS INY EM BUSCA DE RECONHECIMENTO PARA UM FUTURO MELHOR escrito por *Sandra Kuady*, a inscrição do pedido de reconhecimento faz sentido na materialização do desejo da *Sandra* no seu texto, é preciso ler.

Na sequência, também, por meio da *Elizete*, veio PINTURAS CORPORAIS E GRAFISMO, um composto de imagens/fotos com as respectivas descrições e quem assina é *Lilialeia Manackiru Mauri Karajá* (*Myna Mauri*: nome artístico).

Recuperei o ânimo e, mais ainda, reafirmei a ideia de que quanto mais escritas dessas mulheres conseguisse mais importância se agregaria à Revista.

Elaborei uma Carta Convite, busquei quantos contatos de mulheres indígenas eu conhecia e outras pelas redes sociais e encaminhei a Carta.

*Maria Leusa Munduruku*, num texto autobiográfico vinculado aos encontros do seu povo, escreve VIDA, LUTA E RESISTÊNCIA, a sua voz ressoa no entremeio das palavras escritas, na língua do Outro, mas para defender a sua gente “Mesmo com dificuldades frente aos gananciosos, permaneço na luta, pois tenho muito respeito pelas mulheres, caciques e crianças. Os caciques dependem das nossas vozes, eles têm confiança em mim, porque sabem qual é a minha posição, que sempre foi ficar na defesa da vida do meu povo”.

Para a Ro'otsitsina (*Tsitsina*), com quem já participara de um Evento e de uma Banca de apresentação de um documentário Xavante, enviei algumas perguntas e ela atendeu prontamente retornando a entrevista que ela intitulou, BRASIL: UM PAI ENCORAJA PARA UMA VIDA “DIFERENTE”. *Tsitsina* é esclarecedora e imprime uma sabedoria profunda na sua escrita “Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência é mentira [...] Nós mulheres não somos parte do povo, nós somos o povo. Então, violando uma menina, violando uma mulher, você está violando o povo. Ou seja, qualquer pessoa que faça mal a mim, que machuque fisicamente ou verbalmente a mim, ou a qualquer mulher, ele está fazendo algo contra o meu povo e a minha cultura”.

A cada texto, um aprendizado novo, a *Letícia Krahô* quis contar sobre o processo de deslocamento para a cidade, as relações na Universidade e a relação com o seu povo, parte do trabalho desenvolvido na Universidade, do modo como sintetiza o título do texto UM POUCO DA MINHA TRAJETÓRIA E DO MEU POVO.

No percurso, recebemos o texto: KURR KAR KRE de *Geneci Fidélis André*, indígena Kaingang, que apresenta algumas reflexões acerca do processo criativo desenvolvido numa disciplina de serigrafia, do curso de Licenciatura

em Artes Visuais – desenho e plástica, da Universidade Federal de Santa Maria. A autora mostra como a cultura Kaingang, consegue, por meio das tramas, se inscrever no espaço educativo tradicional.

A entrevista, cedida por *Fabiana Reinholz*, do Jornal Brasil de Fato, do Rio Grande do Sul e autorizada por *Raquel Kubeo*, a qual mostra um panorama sobre sua vida, a luta indígena, apropriação cultural e a cultura indígena. Natural do Amazonas, filha de mãe descendente dos *Tukanos* e *Kubeos*, a entrevistada ressalta “a existência desse corpo indígena político, que ora se pinta ou não, de urucum, jenipapo” e o que isso significa na história dos povos indígenas.

RELATO SOBRE O PROJETO KYWAGÂ: MUITO ALÉM DE ROUPAS é o título do texto de *Isabel Teresa Cristina Taukane*, que como ela escreve trata de uma “tentativa de trazer a cultura dos grafismos da etnia para a Moda, gerar alternativas de renda para mulheres *kurâ-bakairi*, que foi idealizado o projeto. A palavra *Kywagâ*, no idioma desse povo indígena pode ser dito e entendido de duas maneiras. A primeira compreensão é para dizer sobre nós, a história do povo indígena, por meio arte do grafismo e da icnografia e a segunda compreensão é para dizer sobre o que é posto no o corpo, tais como, ornamentos (roupa, assessorios e outros)”.

Coincidentemente, a professora/pesquisadora *Graça Graúna* traz um relato da OFICINA KYWAGÂ que “nos convida a refletir o lugar da cultura indígena durante a pandemia; o uso do grafismo ancestral na Oficina de Estamparia e a renda familiar”, como ela conta.

Como o próprio título, É TEMPO DE SER E ESTAR NO MUNDO: AS DUALIDADES DE IDIORIÊ, diz *Clara Idiorê*, numa certa leveza narra o movimento da vida entre ser e estar no mundo indígena e no ocidental e as implicâncias disso na sua constituição.

Por mais que eu tenha ciência da morte e de determinados tipos de morte como é o caso do suicídio, fiquei muito impactada com o texto a *Jijuké Karajá*, ela enviou um artigo produzido a partir de um capítulo da sua dissertação de Mestrado, SUICÍDIO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL E ENTRE OS INY DA ALDEIA HAWALÓ, ela escreve: “Querida compreender quais os fatores e causas que contribuem e levam pessoas indígenas ao ato de acabar com a própria vida e apontar caminhos para a redução desses números. Escolhi a aldeia *Hawaló* (Santa Isabel do Morro), onde meu pai nasceu e vivem muitos dos meus parentes, como objeto da pesquisa. No curso da pesquisa entendi que qualquer solução passa pela escuta da comunidade”.

Considerando a importância do Projeto Ibaorebu<sup>3</sup> para o povo Munduruku, com quem trabalhei durante muitos anos e, particularmente, a proposta de alfabetização com base em Paulo Freire, no Tempo Escola, que era quando íamos para a aldeia Sai-Cinza, e pelo fato de não ter conseguido fazer contato com a professora Claudeth Saw que nos assistiu naquele trabalho, decidi juntar os relatórios e um artigo que escrevemos, aos demais textos da Revista, para apresentar uma experiência muito significativa: ALFABETIZAR NA LÍNGUA MUNDURUKU: UMA PRÁTICA CONJUNTA DE RESISTÊNCIA.

A escrita de mulheres indígenas carrega um quê de encantamento e quando em forma de poesia se mostra numa metáfora paradoxal que imprime a leveza dos banheiros dos rios e a força dos ventos das florestas, como em SIMPLEMENTE AMAR, que *Célia Xakriabá*, num tom de denúncia, faz um apelo/clamor para as lutas contra toda forma de violência.

O poema de *Márcia Kambeba* como o próprio texto imprime: A FORÇA DA MULHER INDÍGENA é um tratado dessa fortaleza. Até mesmo a escrita em que Márcia se apresenta escapa da dureza comum das biografias, pois é plena de poesia.

Cada material é composto por fotografias coloridas que encantam e materializam traços de uma alegria potente e resistente aos mais de 521 anos de luta e aos efeitos de sentido da colonização.

A *Isabel Re'amo Xavante* foi impedida de nos escrever, ela, assim como tantas outras guerreiras faleceram no intervalo de tempo de produção desta Revista, então fizemos um texto de HOMENAGEM.

Para fechar o texto, pois os sentidos eu aprendi que não se fecham, posso afirmar que cultura, resistência, cidadania brotam das palavras das mulheres que escrevem a **Fragmentum de número 58, no seu aniversário de 20 anos**, embora na escrita alfabética, deixam transpirar a essência indígena. Essa escrita legitimada pela língua portuguesa, pelo apagamento das outras tantas línguas é que marca a diferença e instaura essa potente **escrita indígena**.

<sup>3</sup>O *Projeto Ibaorebu* foi resultado de uma iniciativa coordenada pela FUNAI, juntamente com os Munduruku do Pará, com cerca de 210 cursistas, divididos em turmas de Magistério Intercultural, Técnico em Enfermagem e Técnico em Agroecologia. Foi realizado com o apoio técnico e financeiro da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania – CGPC e Coordenação Regional do Tapajós, além do eventual apoio de outras Coordenações Gerais da FUNAI e da parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Para a realização de algumas Etapas, também contou com o apoio financeiro do Ministério da Educação – MEC, graças à articulação política dos próprios Munduruku, que demandaram o apoio durante reunião realizada em Brasília.

## Referências:

- ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves. **Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência**. 2007. 259 p. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271073>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. **Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação e resistência indígena**. Cuiabá: EdUFMT, 2018.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 39-46, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- \_\_\_\_\_. O lugar social e da cultura numa dimensão discursiva. In: INDURSKY, Freda; MITTIMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da Análise de Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011. p. 55-66.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho Simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 2002.
- \_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-31.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7ª edição. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre; et al. (Org.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- VIDAL, L.; SILVA, A.L. Antropologia estética: enfoques teóricos e contribuições metodológicas. In: L. VIDAL (Org.). **Grafismo Indígena: Estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/EDUSP, 1992. p. 279-293.

*Nota:*

*Considerando que, a língua Portuguesa não é a primeira língua das mulheres de diferentes etnias que publicam nesta Revista, decidimos por não interferir nos textos que nos foram enviados.*

*Assim, é importante que nos desprendamos do olhar etnocêntrico e estrutural para a leitura dos escritos desta Revista, pois, muito além da exigência normativa da escrita alfabética, eles materializam a significação de vidas.*

*Encontro os questionamentos de Amanda Jardim<sup>4</sup>:*

*Frases longas. Repetição de ideias. Discordâncias verbais e de gênero. Uso de pronomes que transitam na primeira pessoa do singular (eu) e plural (nós). Esses e outros elementos textuais são tomados como informais ou inadequados aos padrões, códigos e normas acadêmicas. Entretanto, tais elementos prevalecem na escrita acadêmica indígena e, como desviantes dos cânones acadêmicos previstos, podem ser considerados subversores de uma ordenação textual. No entanto, geralmente são considerados “menos científicos”, “pouco rebuscados”, “confusos demais”, etc. Tal valoração seria própria de um etnocentrismo acadêmico?<sup>5</sup>*

*Essas e outras questões são discutidas pela autora, levando em conta o contexto, relativamente recente, de inserção e formação de intelectuais indígenas no meio acadêmico brasileiro. O que, entendendo ser relevante para justificar esta nota e chamar a reflexão sobre como o discurso e a escrita acadêmica hegemônica pode tornar invisível outras formas de se materializar o conhecimento, pode, inclusive, fomentar uma visão equivocada que retira das inúmeras possibilidades de pensar e estar no mundo o seu caráter científico.*

*Águeda Borges*

<sup>4</sup>Antropóloga/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>5</sup>Artigo: Do inusitado à subversão: a escrita acadêmica de uma liderança Xakriabá como resistência intelectual- Anais do 43º ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, publicado em 12 de novembro de 2019- <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg07-6/11912-do-inusitado-a-subversao-a-escrita-academica-de-uma-lideranca-xakriaba-como-resistencia-intelectual>-PDF. Acesso em outubro de 2021.